



**Eixo: Políticas de desenvolvimento de coleções diversidade cultural, religiosa, étnico-racial e gênero**

**AS REALIDADES SOCIOCULTURAIS REFLETIDAS NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: um estudo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (MG)**

Joana Gabriela Silva<sup>1</sup>

Kathlêen Carneiro<sup>2</sup>

## **1 INTRODUÇÃO**

A atuação bibliotecária em instituições públicas torna-se fundamental para promoção de acesso ao conhecimento para essa população que se encontra à margem da sociedade. Assim como prescreve Ferraz (2014), para além de guardar livros ou ser um apêndice da biblioteca escolar, a biblioteca pública tem um papel fundamental na sociedade, na medida em que se torna um local de interação, debates e manifestações socioculturais. O papel social das bibliotecas públicas têm sido de extrema relevância uma vez que objetiva olhar para as necessidades da comunidade em que se está inserida e reconhecer os interesses das pessoas que fazem parte dela. De acordo com Suaiden (2000) a própria denominação "biblioteca pública" pressupõe uma entidade prestando serviços ao público em geral, independentemente das condições sociais, educacionais e culturais. Neste trabalho será analisada a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (BPEMG), pois é imprescindível que ela honre com seu objetivo de atender a todos os públicos, sem distinção de classe social, gênero ou raça e que esse olhar democrático esteja refletido em suas coleções.

O acervo da biblioteca é uma das principais formas de disponibilização de informação. Além de representar a necessidade informacional da comunidade em que está

---

<sup>1</sup> Bacharel em Biblioteconomia pela UFMG, [joannag.job@gmail.com](mailto:joannag.job@gmail.com)

<sup>2</sup> Bibliotecária em uma instituição de saúde privada, Mestranda em Ciência da Informação no PPGCI da UFMG, e-mail: [carneirokathleen@gmail.com](mailto:carneirokathleen@gmail.com)

inserida, a coleção deve ser pensada para oportunizar aos seus utilizadores a ampliação e produção de novos conhecimentos. Em razão disso, o processo de desenvolvimento de coleções consiste num planejamento que compreende diversas etapas, tais como seleção de materiais; elaboração de políticas; gestão de orçamentos; avaliação, sensibilização e interação com a comunidade. Nesse estudo, daremos destaque a criação de políticas de desenvolvimento de coleções como um meio de democratizar a informação. Essas políticas se constituem como diretrizes para a realização das etapas de formação de acervo. Conforme apresenta Vergueiro (1989 *apud* MIRANDA 2007 p. 5), o processo de desenvolvimento de coleções é ininterrupto, uma atividade regular e permanente, respeitando a especificidade de cada tipo de unidade de informação em função dos seus objetivos e público, sem que uma etapa chegue a se distinguir das outras

Segundo o modelo de Evans (1979), citado por Vergueiro (1987), algumas etapas são importantes para a realização dessas políticas de desenvolvimento de coleções: estudo de comunidade, política de seleção, seleção, aquisição e avaliação. Dentre eles, somente a aquisição não sofre interferência da comunidade, uma vez que é uma atividade estritamente gerencial. Assim também, o processo de seleção se subdivide em duas etapas: política de seleção e a escolha das obras efetivamente. Isso pode representar que depois do estudo da comunidade, essa é a etapa norteadora das demais atividades. A formação do acervo acontece de forma cíclica e contínua e as etapas interagem entre si. O processo e o resultado final variará conforme as particularidades da biblioteca.

Esse processo de tomada de decisão deve ser norteado por uma perspectiva de diálogo com a comunidade que frequenta os espaços da biblioteca pública. Conforme afirma Silveira e Reis (2011),

Na modernidade, além das atividades de coleta, organização, preservação e disseminação do escrito, as bibliotecas devem participar ativamente do processo de construção sócio-histórica das múltiplas paisagens culturais que conferem visibilidade ao lugar onde estão inseridas. Por isso, seus acervos chamam a atenção para a necessidade de se preservar os símbolos culturais que garantem visibilidade a um dado tecido social, justamente por serem estes os elementos que lhes instituem o status de comunidades históricas. Portanto, embora seja, em essência, um lugar de diálogo com o passado, toda biblioteca funciona também como espaço de criação e inovação, onde a conservação só tem sentido como fermento dos saberes a serviço da coletividade inteira. [...] Papel diretamente imbricado com a função que a história dos livros e das práticas culturais humanas lhes dispensou: servir de refúgio seguro para os mais íntimos sonhos, desejos, imagens, conhecimentos, aventuras e desventuras que as palavras oferecem aos homens a capacidade de fabular. (SILVEIRA; REIS, 2011, p. 52)

Tendo esses aspectos em vista, questiona-se: a política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais contempla aspectos sociais que auxiliam para uma tomada de decisão orientada a comunidade? Se contemplar, algum deles se refere especificamente a informação para a população negra?

## 1.1 OBJETIVOS

O objetivo do trabalho é investigar se a política de desenvolvimento de acervo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais contempla aspectos sociais em suas diretrizes. O objetivo específico é identificar os elementos da política que se propõem a garantir os direitos de representação da população negra no acervo, além de propor reflexões para as unidades de informação referente à construção de políticas que considerem a pluralidade dos sujeitos e a diversidade de narrativas.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A principal razão desse estudo é o interesse das autoras em refletir sobre as ações desenvolvidas pelas unidades de informação durante a Década Internacional de Afrodescendentes, resolução (68/237) aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a ser observada entre 2015 e 2024, a qual propõe o desenvolvimento, o reconhecimento e a justiça para a população negra. Considerando a acessibilidade das pessoas negras a espaços de conhecimento e interação cultural, em consonância com a década, vimos a necessidade em trazer a discussão sobre a relação das políticas de desenvolvimento de coleções de bibliotecas públicas voltadas para aquisição de materiais bibliográficos que dialoguem com a literatura e demais demonstrações culturais da população afrobrasileira. Considerando o ano corrente, 2021, restam menos de 4 anos para o fim da Década Internacional de Afrodescendentes bem como já se passaram cerca de 5 anos.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (BPEMG), quando inaugurada em 1954, durante o mandato de Juscelino Kubitschek como Governador de Minas Gerais, foi batizada de Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa em homenagem ao professor, jornalista e intelectual nascido em Amarante, Portugal, em 1894 e que chegou a Juiz de Fora (MG), aos 12 anos. A mudança de denominação foi publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 4 de maio de 2017, passando a se chamar Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (BPEMG).

Vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais situa-se em um dos prédios projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer para a Praça da Liberdade, e hoje integra o Circuito Cultural desse espaço. É considerada modelo e referência para todas as bibliotecas existentes nos municípios mineiros, conforme aponta reportagem do jornal Estado de Minas: “Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa é patrimônio de Minas” (2012). Com cerca de 230 mil títulos disponíveis para consulta, entre livros, revistas e jornais, a instituição recebe diariamente (fora do contexto pandêmico atual) 1,5 mil pessoas entre crianças, jovens, adultos, estudiosos de várias áreas, pesquisadores e pessoas com deficiência visual. Seu acervo propõe ser vasto e reúne obras de escritores brasileiros e estrangeiros, coleção de autores mineiros de todas as épocas, obras raras e especiais de importância, volumes sobre artes, coleção infanto-juvenil e acervo em braille. (MINAS GERAIS, 2019)

### 2.1 Regimento Interno sobre Formação e Desenvolvimento de Acervos

No que diz respeito ao Regimento Interno sobre Formação e Desenvolvimento de Acervos, constitui-se, conforme aponta o próprio documento da instituição formulado pela Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário (SUBSL), como um importante instrumento de gestão de coleções que busca contemplar os aspectos

relacionados aos objetivos e à missão da Biblioteca com ênfase na necessidade de abrangência de suas coleções e, por conseguinte, no interesse da instituição e de seus usuários.

O Regimento Interno sobre Formação e Desenvolvimento de Acervos da SUBSL é um documento norteador da Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos da BPEMG e contém as diretrizes a serem adotadas pela equipe de bibliotecários e servidores públicos. A comissão é composta pela Diretoria de Formação e Processamento Técnico de Acervos (DFPTA), Setor de Processamento Técnico, Setor de Seleção e Aquisição, Diretoria da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (DBPEMG), Setor de Empréstimos Domiciliares, Setor de Referência e Estudos, Coleções Especiais, Setor de Periódicos, Diretoria de Extensão e Ação Regionalizada (DEAR), Setor Infanto-Juvenil, Carro-Biblioteca, Caixa-Estante, Setor Braille e pela Diretoria do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (DSEBPM). (MINAS GERAIS, 2019)

Os critérios de seleção para formação e desenvolvimento de acervos são apresentados no quarto capítulo do regimento, sendo enfatizado no primeiro parágrafo que são considerados, para estes fins, critérios como a pluralidade - considerar a bibliodiversidade, a variedade e a multiplicidade das fontes de informação, não devendo a instituição impor quaisquer restrições de natureza ideológica, filosófica ou religiosa, nem adotar um discurso único. Os grupos considerados minorias, tais quais: populações indígenas, comunidades quilombolas, minorias religiosas, imigrantes, pessoas que não possuem domicílio fixo, analfabetos, população em situação de rua, comunidade LGBTQ+, pessoas com deficiência, pessoas com restrição de liberdade, grupos da terceira idade, dentre outros, precisam ser levados em consideração nesse processo. (MINAS GERAIS, 2019)

Quanto à diversidade de materiais, o regimento prevê, ainda do capítulo IV, considerar os diferentes tipos de materiais: textuais, imagéticos, livros digitais, áudio livros, sonoros, entre outros. De modo a garantir a aquisição de materiais de leitura em formato e idioma acessível. Além de garantir a confiabilidade por meio de aquisição de materiais precisos que contenham informação exata, rigorosa e correta. E, principalmente, atualizada. (MINAS GERAIS, 2019)

Das características físicas, é indispensável que o material esteja legível, e em estado de conservação adequado tendo tamanho apropriado, encadernação resistente, e papel de qualidade, no caso dos itens impressos. Buscando renovar os itens que não estiverem de acordo com os parâmetros estabelecidos. (MINAS GERAIS, 2019)

O regimento explicita, também, critérios para se considerar uma coleção ou item como especial, conforme capítulo V, Art. 7º:

Define-se como obras raras os materiais bibliográficos e documentais de valor inestimável devido à antiguidade, autoria, primeiras edições, esgotamento de edições, exemplares autografados pelo autor, propriedades e características físicas peculiares, entre outros critérios de raridade. (MINAS GERAIS, 2019, p.7)

No que se refere às medidas para o descarte de itens, foi estipulado, de acordo com o capítulo VI do documento, que anualmente deve-se realizar o desbaste das estantes, com exceção das Coleções Especiais e do Setor Braille, observando critérios como obras desatualizadas, em mal estado de conservação e pouca ou nenhuma procura pelos usuários. Já as doações recebidas pela SUBSL são provenientes de particulares, leis de incentivo, editoras, instituições, etc. Conforme explicitado no capítulo VII os

procedimentos para recebimento de doações são:

- I. As doações somente serão aceitas se forem entregues para o Setor de Seleção e Aquisição;
- II. É proibido o recebimento de doações nas demais portarias da SUBSL;
- III. O doador deverá realizar contato prévio com o Setor de Seleção e Aquisição, de segunda a sexta feiras, das 9h às 17h, para agendar a entrega das doações; (MINAS GERAIS, 2019, p. 8)

Outras orientações também são destacadas no que diz respeito ao estado físico dos materiais, os quais devem estar bem conservados e completos. Importante destacar que é proibido o recebimento de doações em qualquer setor que não seja o Setor de Seleção e Aquisição.

Por fim, são apresentados os critérios para descarte, procedimento que consiste na retirada definitiva do acervo de uma obra por ter sido danificada pelo uso, pela ação do tempo, contaminações biológicas e etc. Para compra, nos capítulos VIII e IX, respectivamente. Não há menção de como ocorre a escolha dos títulos, apenas é informado a qual setor se destina tal decisão, sendo que a compra do material bibliográfico é feita pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT) e a seleção de títulos é feita pela SUBSL. (MINAS GERAIS, 2019)

### **3 METODOLOGIA**

De caráter qualitativo e exploratório, o estudo consiste em uma pesquisa documental da Política de Desenvolvimento de Coleções vigente na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (BPEMG) localizada em Belo Horizonte/MG. Lakatos e Marconi (2003) entendem que esse tipo de pesquisa consiste na coleta de dados primária em documentos de arquivos públicos ou privados de instituições. A partir da análise do regimento interno sobre formação de acervos disponibilizado pela instituição, buscou-se identificar os aspectos do tema proposto fazendo comparações que nos permitiram responder às questões do estudo.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A construção de políticas de formação e desenvolvimento de acervos costuma seguir um padrão de critérios a serem analisados e descritos no documento. Vergueiro (1987) pontua que a elaboração dessas diretrizes é composta por três elementos. O primeiro é um panorama da coleção com detalhamento da comunidade a ser servida e suas necessidades de informação, assim como deve ser descrito critérios que nortearão a seleção, aquisição e descarte do acervo. O segundo aspecto está relacionado ao detalhamento da coleção de acordo com os assuntos que constituem o acervo. E o terceiro elemento tratará de formatos especiais de documentos para compor a coleção, quando necessário. A partir disso, identificamos que a política analisada segue os critérios básicos estabelecidos pelo autor quanto à estrutura de informações que deve constar nas diretrizes.

Dentre os critérios de seleção previsto na política de desenvolvimento de coleções da BPEMG, destacam-se os seguintes tópicos:

Parágrafo 1º – são considerados para estes fins os seguintes critérios:

I - Pluralidade: considerar a bibliodiversidade, a variedade e a multiplicidade das fontes de informação, não devendo a instituição impor quaisquer restrições de natureza ideológica, filosófica ou religiosa, nem adotar um discurso único;

II- **Considerar os grupos considerados minorias**, tais quais: populações indígenas, comunidades quilombolas, minorias religiosas, imigrantes, pessoas que não possuem domicílio fixo, analfabetos, população em situação de rua, comunidade LGBTQ+, pessoas com deficiência, pessoas com restrição de liberdade, grupos da terceira idade, dentre outros. (MINAS GERAIS, 2019, p. 5, grifo nosso)

A partir desses critérios iniciais acerca da pluralidade de materiais e consideração de grupos minoritários, tem-se a preocupação de se pensar diversos utilizadores do espaço da biblioteca. Apesar desses critérios de seleção de acervo ser uma forma de potencializar a criação de uma coleção mais plural no sentido de conteúdos e suportes informacionais, vislumbra-se que, na parte grifada pelas autoras, é possível perceber uma imprecisão no que está sendo dito. Está sendo informado que se deve considerar as minorias sociais no processo de seleção das obras, mas em que sentido? Na seleção de documentos com temáticas relacionadas a esse público? Na seleção de obras que representam esses grupos? Na escolha de documentos com autoria de pessoas negras, indígenas, quilombolas, dentre outros?

Na descrição da comunidade, a instituição considera a população com alto índice de vulnerabilidade social como um dos seus públicos-alvo. Espera-se que se tenham propostas de formação do acervo que contemple as necessidades informacionais dessa comunidade. Existe uma representação desse público refletida na coleção? Esse acervo de fato é colocado a serviço dessas pessoas, assim como enfatizado na missão da biblioteca?

Ao considerar que o projeto arquitetônico da BPEMG foi encomendado pelo político Juscelino Kubitschek ao arquiteto e amigo Oscar Niemeyer para que fosse uma biblioteca moderna, à altura das pretensões do governador. No entanto, passou por várias modificações devido a cortes no orçamento e, ainda, relatos apontam que mesmo com redução de três andares a biblioteca ainda era cobiçada por vários setores do governo. O que demonstra o quão elitizado foi a proposta arquitetônica para a BPEMG, a começar pela sua localização na região nobre da cidade. Interferindo diretamente no acesso de outros públicos, senão os moradores da região centro-sul de Belo Horizonte pertencentes à elite da cidade. O que implica no acesso à informação e cultura facilitado para indivíduos privilegiados, que tinham oportunidade de frequentar escolas com ensino de excelência, em contraste aos demais públicos moradores de regiões periféricas da cidade que além de não terem condições financeiras de escolher as escolas a qual seus filhos estudariam, também, dificilmente, conseguiriam se deslocar até o prédio da biblioteca.

Conforme descreve Silveira (2014), ao discorrer sobre o relato de um usuário da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, de origem humilde, vindo do interior de Minas Gerais, conta que sua família “não tinha dinheiro para ir a lugar nenhum” e, atualmente, como professor universitário ele relembra de que não se sentia confortável em frequentar o prédio da biblioteca na Praça da liberdade, e acrescenta que apesar de ter feito sua carteirinha pegou apenas dois livros emprestados, pois a localização era fora de mão. E mesmo quando já frequentava a faculdade ele narra que pensamentos como “será que alguém vai me bater?” ocorria na mente dele enquanto estava no ambiente da biblioteca. O que claramente escancara, conforme aponta Silveira (p.140), que, por muitos anos, fomentou em nosso depoente a sensação de que a Luiz de Bessa (ainda

como era denominada) era um lugar de elite que talvez não tenha sido feito para as pessoas se sentirem bem, como é destacado pelo relato do pesquisador.

Acrescenta ainda achar o lugar “meio oco”, o que difere do carro-biblioteca da mesma instituição, lugar de primeiro contato com o acervo de uma biblioteca pelo usuário, para além do acervo “intocável” da biblioteca escolar da escola em que frequentou quando criança, pois no carro-biblioteca se sentia acolhido, afinal, relata que a bibliotecária já inclusive sabia do que ele gostava de ler. Ou seja, a mediação para com o usuário, de acordo com esse relato, foi mais assertiva e humanitária, considerou o sujeito e o contexto, além de o espaço ser bem menor do que o prédio situado na Praça da Liberdade, deixando os livros mais próximos dele. Porém, é curioso o fato relatado sobre quase não haver outras pessoas frequentando o carro-biblioteca além dele. Quais as motivações foram despertadas nesse sujeito que o programa da biblioteca não conseguiu despertar nos demais? A sugestão de se ler alguns clássicos como, por exemplo, Edgar Allan Poe foi bem aceita por ele, mas é válido pensar se o acervo naquele tempo, meados da década de 70, era diverso no que tange aos aspectos sociais e culturais compatíveis à seu público, como propõe o atual regimento da BPEMG.

Na etapa de aquisição, pontua-se que se deve considerar ano a ano as porcentagens temáticas a fim de contemplar as demandas e as necessidades de complementação de outros títulos relevantes para a formação do leitor. Partindo dessa premissa, questiona-se se existe uma porcentagem temática que esteja relacionada a autores negros bem como a literatura negra e afro-brasileira propriamente dita. Não há a descrição dessas porcentagens no documento. Os critérios subsequentes não apresentam tópicos relacionados à temática.

Tanus G. e Tanus G. F. (2018), ao pesquisar sobre as políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas, discorre sobre o apagamento dos autores negros e autoras negras nos acervos das bibliotecas. Esse apagamento ocorre desde o processo de descrição dos critérios de seleção até as demais etapas, conforme mostrado acima. Propõem-se uma reflexão acerca do que o autor nomeia de política de reparação dos acervos das bibliotecas. Essa invisibilização da população negra nos conteúdos e autorias das obras oferecidas aos usuários de uma biblioteca é pauta de questionamento, pois, como dito anteriormente, o desenvolvimento de coleções parte de um planejamento de ideias e ações que visam contemplar a sua comunidade.

Atentas aos aspectos sociais incorporados ao regimento em questão que, apesar de destacar sobre a importância de se olhar para as minorias, não explicita as tipologias dos materiais a serem fornecidos para esse público. É preciso deixar claro que autores que pertencem às comunidades minoritárias serão contemplados no acervo, destacar exemplos a se espelhar com os quais é possível um diálogo sem barreiras, é essencial saber suas histórias e de suas ancestralidades. O povo afro-brasileiro, por exemplo, tem história e, hoje, escreve sua própria história.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista que o objetivo do estudo foi analisar se a política de formação e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (BPEMG) contempla aspectos sociais em suas diretrizes frente à proposta da ONU, foi possível perceber que há uma tentativa de agregar elementos que irão auxiliar nas decisões pensadas não somente para a população negra, mas também para outros grupos

minoritários, tais como população em situação de rua e comunidade LGBTQ+. No entanto, os critérios estabelecidos ainda se mostraram insuficientes e imprecisos em suas descrições.

As especificações que tratam de aspectos sociais se concentram na etapa de seleção. Essa é uma das principais etapas que interferem na formação do acervo, pois as decisões seguintes se orientam a partir dela. O momento da escolha do que irá ser agregado à coleção consiste em um processo decisório que reflete as ideologias e princípios da instituição, por isso, os aspectos sociais descritos se acumulam na seleção. Reforçamos a necessidade de se pensar uma ação que considere importante a escolha da literatura negra e afro-brasileira. Essa atividade é “um ato político, portanto, crítico, que envolve uma tomada de decisão, esta que gera (d) efeitos na sociedade” (TANUS, G.; TANUS G. F., 2018, p.3919).

Também, entendemos que o papel do bibliotecário nesse processo é fundamental, já que ele atua como agente de transformação social, principalmente, nos momentos de tomada de decisão que favoreça, ou não, a disseminação de um discurso plural e representativo das populações marginalizadas. Existe uma problemática real relacionada aos agentes públicos, que “precisam ser preparados, tanto cultural quanto administrativamente para que possam realizar os procedimentos adequadamente às novas exigências legais e exercer o papel essencial de garantir o acesso pleno às informações a todos os cidadãos” (HOTT; CRUZ-RIASCOS, 2018, p.13).

A dificuldade da biblioteca pública em atingir alguns públicos se inicia pela sua localização. Deste modo, medidas como o carro-biblioteca seriam capazes de romper essa barreira contanto que a Política de Desenvolvimento de Acervo da biblioteca esteja verdadeiramente em consonância com a proposta de colocar à disposição de seu público materiais diversos que contemplem literatura afro-brasileira, LGBTQ+ e demais assuntos de interesse das comunidades vistas como minorias. No entanto, a BPEMG deve criar alternativas que rompam com a barreira que impede os usuários de se identificarem ou acessarem o espaço da biblioteca. Romper com essa barreira invisível que dita a quem pertence ou não a unidade de informação deve ser um movimento imediato.

Por fim, foi possível perceber que existe um esforço da BPEMG para atualizar e repensar a forma com que é feita a formação das coleções orientadas por uma política que está aliada à luta contra discriminações e preconceitos. Ainda há muito o que aperfeiçoar, mas avistam-se reflexões e ações iniciais que buscam dialogar com a população negra e outros grupos à margem da sociedade. Haja vista que ainda restam quatro anos até o fim do período estabelecido para a Década Internacional de Afrodescendentes e uma longa jornada de aprendizados para a sociedade contemporânea, esse é um passo para tornar pequenas atitudes em grandes ações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Política de formação e desenvolvimento de acervo. Bibliotecas públicas. Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Biblioteconomia social. População negra.

## **REFERÊNCIAS**

A **MISSÃO**. Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, [2019]. Disponível em: <http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/pt-br/biblioteca-publica-estadual-de-minas-gerais/a-missao>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FERRAZ, M. N.. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 18-30, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/h3kdkrxzgdBqk8cm9ZKtqhd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2021.

HOTT, D. F. M.; CRUZ-RIASCOS, S. A.. Ciência da Informação e interações teórico-sistêmicas com a acessibilidade. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, p.163-178, 2018.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. *In*: MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Capítulo 9, p. 174-213.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário. **Regimento interno sobre formação e desenvolvimento de acervos da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário – SUBSL**. Belo Horizonte, 2019. 14 p.

MIRANDA, A. C. C. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018/2139>. Acesso em 15 ago. 2021.

SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 129-150, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22672/18256>. Acesso em: 27 jul.2021.

SILVEIRA, F. J. N.; REIS, A. S. D. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 21, n. 1, 2011.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da informação*, v. 29, p. 52-60, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/JJCz6RKQhDZNGG6yVdL9pQP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021

TANUS, G.; TANUS, G. F. As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, p. 3904-3922, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102138>. Acesso em: 08 jul. 2021.

TARGINO, M. D. G. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 20, n. 2, 1991. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/75418>. Acesso em: 06 jul. 2021.

VERGUEIRO, W. C. S. Estabelecimentos de políticas para o desenvolvimento de coleções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, 1987.

WERNECK, Gustavo. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa é patrimônio de Minas. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 de dezembro e 2012. Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/24/interna\\_gerais,339113/biblioteca-publica-estadual-luiz-de-bessa-e-patrimonio-de-minas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/24/interna_gerais,339113/biblioteca-publica-estadual-luiz-de-bessa-e-patrimonio-de-minas.shtml). Acesso em: 06 jul. 2021.